

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Revista de Estudos Históricos, Porto, 1924-1926

Em 1919, o filósofo Leonardo Coimbra, ministro da Instrução do governo de Domingos Pereira, criava a primeira Faculdade de Letras do Porto, uma instituição universitária ímpar e inovadora, numa universidade tradicionalmente especializada em domínios científicos. Foi do Instituto de Estudos Históricos desta faculdade que saiu a direcção e grande parte da colaboração da *História de Portugal*, conhecida como «de Barcelos», a primeira história do país escrita por académicos. A Faculdade de Letras da Universidade do Porto seria extinta em 1928, funcionando ainda até 1931, permitindo a conclusão das licenciaturas aos estudantes ingressados em 1927.

A *Revista de Estudos Históricos* é considerada a primeira revista universitária de História que se publicou em Portugal. Nascida no seio do Instituto de Estudos Históricos da primeira Faculdade de Letras do Porto, esta publicação era dirigida por Damião Peres, reitor interino e professor da faculdade. O primeiro número seria duplo e datado de Janeiro a Junho de 1924. Apesar de se intitular, durante a fase inicial, uma revista trimestral, na verdade só o foi durante o primeiro ano. No ano seguinte, tornou-se quadrimestral e, em 1926, último ano da sua publicação, só seria publicado um único número triplo.

Numa primeira análise, esta publicação foi composta por dez números editados durante três anos. Estranhamente, os três últimos, que se reportam ao ano de 1926, contêm um conjunto de recensões críticas a obras publicadas nos dois anos seguintes, todas elas assinadas por Damião Peres, num segmento intitulado «Bibliografia». Dos mesmos exemplares consta, ainda, um artigo de Ludovico de Meneses datado de Abril de 1928. Tal observação leva-nos a crer que os últimos volumes não correspondem verdadeiramente à data da sua publicação, só possível a partir do final de 1928 ou início de 1929. Desconhecemos as razões deste desfasamento e desta visível incoerência. As evidências sugerem-nos, contudo, uma publicação temporalmente mais alargada do que os três anos sugeridos pela datação constante nas capas. Publicada no Porto, esta revista, dirigida a académicos, não era seccionada. Da mesma forma, desconhecemos outras características, como a sua tiragem e o preço de capa. Graficamente, o periódico era pouco atractivo, nele surgindo, esporadicamente, ilustrações de moedas, artefactos, peças, mapas e documentos, figuras de carácter puramente técnico.

Os principais objectivos desta publicação foram o fomento de uma discussão objectiva e erudita, dirigida e encabeçada por académicos, de factos da história geral até então nunca questionados, bem como um



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

desenvolvimento da produção historiográfica ligada à cidade do Porto. Reunindo artigos, muitos deles inéditos, com temas de História, Literatura portuguesa e estrangeira, Numismática, Arqueologia e Antropologia, os principais redactores desta publicação foram docentes da Faculdade de Letras do Porto, embora se registassem pontuais colaborações de personalidades externas à instituição. O mais profícuo contribuinte desta revista foi o seu director, Damião Peres, autor de nove artigos, de um total de vinte e oito. Contudo, outros professores da instituição produziram contribuições assinaláveis, como seria o caso de António Mendes Correia, Pedro Vitorino, Artur de Magalhães Basto, José Teixeira Rego e Angelo Ribeiro. Relativamente aos colaboradores externos à instituição, assinala-se o trabalho de Edgar Prestage, historiador inglês, único colaborador estrangeiro desta publicação, professor da cadeira de Camões na Universidade de Londres, Paulo Merêa, Ludovico de Menezes e o especialista em Estudos Hebraicos, Artur de Barros Basto.

Os principais temas abordados pelos autores são temas da História de Portugal, temas da História do Porto, História da Arte portuense, temas de Arqueologia e Antropologia e temas da Literatura alemã e portuguesa. Relativamente aos temas da História de Portugal, podemos observar artigos relativos à ilha da Madeira, à História Diplomática nomeadamente no período pós-Restauração, à História da Literatura, à publicação de fontes históricas e ao estudo de figuras influentes do nosso passado. Com forte presença nesta publicação, encontram-se variados artigos referentes à História do Porto, redigidos por vários autores, exibindo a cidade como palco de grandes acontecimentos, durante a invasão das tropas de Junot ou durante as exéquias fúnebres de D. Pedro II. A cidade do Porto é também exibida como herdeira de tesouros artísticos, patentes no seu Museu Municipal, cujo estudo é constante nesta publicação.

Alguns autores, como Armando Carvalho Homem, consideram Damião Peres um historiador de sínteses e não tanto um investigador. Contudo, em vários artigos escritos para a *Revista de Estudos Históricos*, o autor demonstra a sua faceta de pesquisador, nomeadamente na colectânea de artigos sobre a administração pública da ilha da Madeira durante o reinado de D. Manuel e no período posterior à Restauração. Nesses artigos, observamos o recurso a várias fontes documentais, servindo-se o autor de diversas Chancelarias e de documentos de arquivo, como os patentes na Câmara Municipal do Funchal, trazendo inovação à historiografia ultramarina da época. Na verdade se, por um lado, alguns dos artigos redigidos pelo director desta publicação são meras publicações de fontes históricas ou divulgação de espécimes numismáticos, outros há onde se nota uma intenção de aclaração de alguns factos até então pouco esclarecidos, servindo-se de fontes primárias.

No seu artigo intitulado *O problema dos governadores gerais da Ilha da Madeira*, Damião Peres coloca em causa muitas das observações de Álvaro Rodrigues de Azevedo, professor e autoridade de relevo no delinear da história daquela ilha. Damião Peres discorda, pois, com o professor em vários aspectos, como em relação à lista de nomeados como governadores gerais, à designação dada ao cargo e à extensão das suas atribuições. A designação do cargo, segundo ele, terá conhecido várias formas, desde *geral* e *superintendente das cousas da guerra até governador e, seguidamente capitão geral, mas nunca*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

governador geral como defendia Álvaro Rodrigues de Azevedo. Por seu turno, Damião Peres considerava ainda que as atribuições deste funcionário eram muito limitadas, quase apenas do domínio militar, ao contrário do seu interlocutor.

Outro interessante debate historiográfico é assinalável no artigo de António Mendes Correia, intitulado *A lealdade de uma Rainha portuguesa*. Nele, o autor defende que a rainha D. Catarina de Áustria nunca terá favorecido as aspirações de Carlos V e de Felipe II à Coroa portuguesa, ao contrário das opiniões defendidas pelo Professor Queiroz Veloso, da Universidade de Lisboa, e por José de Sousa Guimarães. Para tal, Mendes Correia baseia-se na monografia do académico espanhol Llanos y Torriglia e nos documentos inéditos publicados por Queiroz Veloso. José de Sousa Guimarães publicaria um livro intitulado *Erros da História*, no qual atacaria a posição de Mendes Correia quanto ao papel desta rainha na efectivação da Monarquia Dual. O professor da Faculdade de Letras do Porto critica o alto grau de «inflexível certeza histórica» demonstrado pelo seu interlocutor, analisando o próprio conceito de «erro histórico» incorporado na obra. Critica o «julgamento de figuras históricas» levado a cabo, bem como a linguagem parcial e severa do autor. Com o artigo em causa, Mendes Correia aproveitava para defender o seu ponto de vista, criticando velada e explicitamente os seus adversários, num debate compreensível durante um período em que o nacionalismo histórico era uma tendência historiográfica, acentuando o gosto pela biografia de grandes personalidades históricas.

Se, por um lado, se observa, nesta publicação, uma história de âmbito mais alargado na sua comparação com cenários internacionais coevos, por outro lado registam-se apontamentos de História regional. É o caso do artigo de Artur de Magalhães Basto intitulado *O Porto contra Junot*, que nos relata a oposição dos portuenses à invasão das tropas francesas. O discurso do autor reduz-se, por vezes, a uma sucessão teatral de acontecimentos, em mercê da excessiva adjectivação utilizada num texto acentuadamente factual. Este culto da história narrativa é também notório noutra artigo de sua autoria, intitulado *Na morte de um Rei*, que nos relata com detalhe as exéquias fúnebres de D. Pedro II. Magalhães Basto expressa o entusiasmo quando os «patriotas portuenses» se sublevam contra as tropas dos invasores franceses. A noção de «pátria» é recorrente no seu discurso, referindo-se ao «patriotismo», às «aspirações patrióticas» dos portuenses ou ao «solo pátrio» português. Os portuenses são observados das mais diversas formas pelo autor. São as «massas» que incitam à revolta contra os «jacobinos», é o «povo» que, assustado, não compreende a «invasão». Mas os portuenses são também uma «população», uma «multidão», «turbas» que incitam à «revolta», uma «populaça», «plebe», que contrasta com as «classes superiores», estas últimas com fraco entusiasmo pela luta.

Pedro Vitorino e Damião Peres, nos seus artigos sobre Numismática, Epigrafia, Medalhística e História da Arte, consideram as moedas, medalhas, inscrições e demais obras de arte, como fontes e documentos históricos, observando-se um alargamento do conceito. Como Pedro Vitorino afirma: «Quem procura a verdade como alicerce da História, tudo deve aproveitar». O autor chega, mesmo, a apelidar alguns elementos urbanos do Porto como «documentos arquitectónicos». No seu artigo sobre medalhística, utiliza



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

o conceito de «memória», a memória que se terá perdido após o desaparecimento de algumas medalhas sacras do século XVII. Num outro artigo, o autor utiliza a expressão «diagnose» de uma época, um diagnóstico possível, segundo ele, através da leitura de certos elementos epigráficos. Noutra contribuição, desta feita sobre o arco de Santo António do Penedo, o professor utiliza o termo «esquecimento», induzido pelo desaparecimento de algum do património arquitectónico da cidade.

Outro debate historiográfico presente nesta obra é impresso por Paulo Merêa. O professor questiona o facto, defendido por autores como Herculano, António Caetano do Amaral ou João Pedro Ribeiro, de D. Afonso Henriques só se começar a intitular rei após 1140. O académico salienta ter, ocasionalmente, encontrado um documento, com data anterior à Batalha de Ourique, no qual D. Afonso Henriques já se apelidava de rei, facto que não corrobora a hipótese lançada por Herculano e seus seguidores, até então nunca questionada.

Ludovico de Meneses, no seu artigo sobre a Batalha de Ourique, utiliza o interessante conceito de «ficção» desse acontecimento, exacerbado, segundo ele, pela «lorpice das crónicas ulteriores». O autor considera mesmo este um «problema histórico», aproveitando para colocar questões ao passado e levantar um conjunto de hipóteses plausíveis, em campos ainda não passíveis de prova documental. O autor contrapõe o estudo do tenente-coronel Botelho da Costa Veiga, publicado no jornal *O Século*, de 28 de Março de 1928, criticando o local da batalha apontado pelo militar, bem como os percursos de ida e regresso do campo militar por ele propostos. Ludovico de Meneses sugere como localização da batalha um local mais vasto, entre a linha Mértola-Odemira, o mar, Aljustrel e a linha de Entradas-Mértola, propondo pois o Baixo Alentejo como palco da peleja.

Dedicada a temas da História Geral e da História Local, a *Revista de Estudos Históricos* foi, sem sombra de dúvida, uma inovação na historiografia portuguesa da época, vocacionada para um público académico especializado. Reunindo um conjunto de contributos e de autores com variadas visões historiográficas, entre uma História marcadamente crítica e uma História narrativa, esta publicação, inovadora em termos teóricos, tornou-se numa referência, distanciando-se, por vezes, de um nacionalismo histórico que marcava a historiografia da época. Cultora de uma História documental e erudita, exaltando o debate enquanto veículo de aclaração e inovação historiográfica, esta publicação reflectiu uma preocupação com a verdade e com a objectividade em detrimento de uma mais aprofundada interpretação dos factos.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia: CUNHA, Rosalina da Silva, *Repertório de Revistas Portuguesas de História: 1818-1974*, Lisboa, Biblioteca Nacional, [1982]; EIRAS, Adriano, *Faculdade de Letras do Porto 1919-1931: Contribuição Bibliográfica para a sua História*, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1989; HOMEM, Armando Carvalho, “A História que nos fez e a História que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto”, *Revista de História*, Vol. XI, Porto, 1991, pp. 227-240; PINA, Luís de, *Faculdade de Letras do Porto: Breve História*, [Porto], [s.n.], 1968, separata de Calé, 1; TORGAL, Luís Reis et al., *História da História em Portugal: Séculos XIX-XX*, [s.l.], Temas e Debates, 1998.

Andreia da Silva Almeida



APOIOS:

